

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MACEIÓ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO,
INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE,
TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS
PÚBLICAS

WILLROBSON FRANCO TOLEDO

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO ENTRE
O TRABALHO SOCIAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Autor: Willrobson Franco Toledo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Janaína Accordi Junkes

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Vivianny Galvão

MACEIÓ/AL

MARÇO/2025

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO ENTRE O TRABALHO SOCIAL E OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

WILLROBSON FRANCO TOLEDO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS
PÚBLICAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE MACEIÓ COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A
OBTENÇÃO DO GRA DE MESTRE EM
SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS
PÚBLICAS

Prof.^a Dr.^a. Janaína Accordi Junkes (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a. Vivianny Galvão (Coorientadora)

MACEIÓ/AL
MARÇO/2025

Ficha Catalográfica

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO ENTRE O TRABALHO SOCIAL E OS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Willrobson Franco Toledo

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À BANCA EXAMINADORA PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Aprovado por:

Prof.^a Dr.^a Janaína Accordi Junkes (Orientadora)
Professora da Pós Graduação Stricto Sensu em
Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas –
SOTEPP Centro Universitário de Maceió - UNIMA

Prof.^a Dr.^a Vivianny Galvão (Coorientadora)
Professora da Pós-graduação Stricto Sensu em
Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas –
SOTEPP Centro Universitário de Maceió - UNIMA

Prof.^a Dr.^a Jesana Batista (Titular Interno da Banca)
Professora da Pós-graduação Stricto Sensu em
Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas –
SOTEPP Centro Universitário de Maceió - UNIMA

Prof. Dr. Eduardo Meireles (Membro Titular
Externo da Banca)
Coordenador do Curso de Pós-graduação Lato
Sensu em Gestão Estratégica de Pessoas na
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
MACEIÓ/AL
MARÇO/2025

DEDICATÓRIO E AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que através da Sua infinita graça me conduziu até aqui.

Dedico este trabalho à minha amada Mãe (Jani Franco Toledo), que com toda sua doçura, ternura e cuidados, é presença eterna em minha vida.

Agradeço, de forma incomensurável, a minha Orientadora Professora Dra. Janaína Accordi Junkes, pelo desprendimento e gentileza ao compartilhar seu conhecimento para chegarmos ao resultado alcançado, como também, a Coorientadora Professora Dra. Vivianny Galvão.

Agradeço a minha Família, Esposa, Filhos, Irmãos, Sobrinhos e Sobrinhas, que sempre torceram e estiveram presentes em todas as minhas empreitadas e conquistas.

Ao SOTEPP, pela excelência acadêmica fundamental, e a equipe Docente, que de forma inspiradora, construiu a minha formação, como também, toda equipe técnica de apoio que atua de forma imprescindível.

Aos colegas Discentes, companheiros de formação com o mais alto e precioso nível de intelecto.

Aos Amigos, que sempre torceram e acreditaram nos meus sonhos, incentivando e apoiando as minhas iniciativas.

Enfim, meus mais sinceros e humildes agradecimentos a todos pela honra de tê-los em minha vida e trajetória acadêmica.

RESUMO DO TRABALHO

Este estudo analisa a integração do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foca-se na fase 3 do programa, que visa ampliar o acesso à moradia digna e reduzir o déficit habitacional no Brasil. Desde sua criação em 2009, o PMCMV tem buscado não apenas fornecer habitações, mas também promover desenvolvimento socioeconômico e sustentável. A pesquisa é qualitativa descritiva e utiliza análise documental. Foram examinadas portarias e normativas relevantes, como a Portaria 464/2018 do Ministério das Cidades e o Caderno de Orientações Técnicas do Trabalho Social (COTS) de 2020. Além disso, foi realizada uma correlação entre os eixos do trabalho social no PMCMV e as metas dos ODS. O estudo constatou que o PMCMV apresenta uma significativa integração com os ODS. O Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social contribui para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades. A Educação Ambiental e Patrimonial promove a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. O Desenvolvimento Socioeconômico incentiva a geração de emprego e renda, e a Assessoria à Gestão Condominial fortalece a governança local e o empoderamento feminino. Essas ações demonstram que o PMCMV não apenas atende à demanda por moradia, mas também promove um desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo. O trabalho conclui que o PMCMV, através dos seus eixos de atuação social, contribui efetivamente para o alcance dos ODS no Brasil. A correlação entre as ações do programa e as metas dos ODS evidencia a importância da integração de políticas habitacionais com objetivos globais de sustentabilidade, promovendo uma sociedade mais justa e resiliente. A continuidade e ampliação dessas ações são fundamentais para o progresso na agenda 2030.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida, Projetos Sociais, Práticas sustentáveis, ODS

ABSTRACT/RESUMEN

This study analyzes the integration of the Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) with the Sustainable Development Goals (SDGs). It focuses on phase 3 of the program, aiming to expand access to decent housing and reduce the housing deficit in Brazil. Since its inception in 2009, the PMCMV has sought not only to provide housing but also to promote socio-economic and sustainable development. The research is qualitative and descriptive, using document analysis. Relevant regulations and ordinances, such as Portaria 464/2018 from the Ministry of Cities and the 2020 Technical Social Work Guidelines Notebook (COTS), were examined. Additionally, a correlation was made between the social work axes in PMCMV and the SDG targets. The study found that the PMCMV significantly integrates with the SDGs. The Mobilization, Organization, and Social Strengthening Axis contributes to poverty eradication and inequality reduction. Environmental and Heritage Education promotes sustainability and resource preservation. Socio-economic Development encourages job and income generation, and the Condominium Management Advisory strengthens local governance and female empowerment. These actions demonstrate that the PMCMV not only meets housing demand but also promotes sustainable and inclusive territorial development. The work concludes that the PMCMV, through its social action axes, effectively contributes to achieving the SDGs in Brazil. The correlation between the program's actions and the SDG targets highlights the importance of integrating housing policies with global sustainability goals, promoting a fairer and more resilient society. Continuity and expansion of these actions are crucial for progress in the 2030 agenda.

Keywords: Minha Casa, Minha Vida program, Social Projects, Sustainable Practices, SDGs

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira agência da Caixa Econômica na capital Paulista.....	18
Figura 2 - Distribuição do déficit e da demanda futura por grupos de atendimento.....	22
Figura 3 - Página do programa Minha Casa, Minha Vida.....	24
Figura 4 - Unidades do programa de habitação Minha Casa Minha Vida, 2018.....	26
Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O enquadramento das famílias em três faixas de renda.....	20
Tabela 2 - Estratificação da demanda em Grupos de Atendimento.....	21
Tabela 3 - Portarias para o Trabalho Social.....	29
Tabela 4 - Eixos e suas correlações com os ODS.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
ASG	Ambiental, Social e Governança
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Bancos Públicos
CEF	Caixa Econômica Federal
COTS	Caderno de Orientações Técnicas do Trabalho Social
ESG	Environmental, Social and Governance
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
HIS	Habitação de Interesse Social
MCIDADES	Ministério das Cidades
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MP	Medida Provisória
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PTS	Projeto Técnico Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RNB	Renda Nacional Bruta
TS	Trabalho Social
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
UNFCCC	Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UH	Unidade Habitacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS	15
2.1 Objetivo Geral	15
2.2 Objetivos Específicos	15
3 REVISÃO DA LITERATURA	16
3.1 Bancos Públicos e o desenvolvimento social	16
3.2 Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV	19
3.3 Projeto Técnico Social – PTS.....	277
3.4 Aderência dos Eixos do Trabalho Social do Programa Minha Casa Minha Vida aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	30
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	333
5. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	355
5.1 Análise da integração das metas dos eixos norteadores dos Projetos Técnicos Sociais dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	355
5.1.1 Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	355
5.1.2 Eixo Educação Ambiental e Patrimonial.....	377
5.1.3 Eixo Desenvolvimento Socioeconômico.....	390
5.1.4 Eixo Assessoria à Gestão Condominial.....	400
5.2 Fundamentação de estratégias para implantação de ações que contribuam com o atingimento da agenda 2030, através das metas dos ODS, em Projetos Técnicos Sociais do Programa Minha Casa Minha Vida.	411
6. AÇÕES FUTURAS	Erro! Indicador não definido.4
7. CONCLUSÃO.....	455
REFERÊNCIAS	477

1 INTRODUÇÃO

Uma política de habitação é um conjunto de medidas e estratégias adotadas pelo governo ou outras entidades públicas para garantir que as pessoas tenham acesso a moradias dignas e adequadas. Essas políticas podem incluir programas de construção de novas habitações, subsídios para compra de casas, programas de aluguel social, regularização fundiária, melhorias em infraestrutura urbana, entre outras ações. (BRASIL, Plano nacional de Habitação, 2020).

O objetivo principal de uma política de habitação é reduzir o déficit habitacional, melhorar a qualidade de vida da população, promover a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades. As políticas habitacionais também podem focar em grupos específicos, como famílias de baixa renda, idosos, pessoas com deficiência e moradores de áreas rurais. (BRASIL, Portaria Nº 93 de 2020 e Nº 325 de 2011).

No Brasil, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é uma política habitacional que visa reduzir o déficit habitacional e ampliar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, oferecendo subsídios e financiamentos facilitados para a construção e compra de unidades habitacionais.

No período de 2003-2010, a principal política para a habitação no Brasil, foi o Programa Minha Casa Minha Vida “Fase 1”, do Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009 com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. Além de seu objetivo social, o Programa, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, também foi uma reação à crise econômica mundial do fim de 2008. (MOTTA, 2011).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado tendo como principal finalidade anunciada contribuir para a redução do déficit habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais. Em sua segunda fase, iniciada em meados de 2011 e que se estendeu até o final de 2014, dobrou-se a meta da primeira fase, prevendo-se a construção de mais dois milhões de unidades habitacionais. (ROLNIK et al., 2015).

A terceira fase do MCMV deverá produzir mais de 3 milhões de kits de HU, com um investimento de aproximadamente US\$ 182 bilhões nos próximos anos, iniciando em 2024. (BRASIL, Plano nacional de Habitação, 2020).

O programa adentra 2025 com mudanças significativas, reforçando seu compromisso em reduzir o déficit habitacional e ampliar o acesso à moradia digna.

O Ministro das Cidades, Jader Filho, em entrevista, projetou um aumento do número de novas habitações a partir das mudanças no programa que visam ampliar o número de beneficiados e o crescimento de recursos. (BRASIL, Ministério das Cidades, 2014).

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades (MCIDADES), o trabalho social passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação, estendendo esta exigência aos demais programas em que o MCIDADES concedesse recursos a fundo perdido e àqueles obtidos através de empréstimos a estados e municípios. Ratificou-se, então, essa determinação e generalizou-se a inclusão do Trabalho Social Integrado nos programas habitacionais de interesse social. (BRASIL, Ministério das Cidades, 2014).

Conforme a Portaria Nº 464/2018 – Ministério das Cidades, o Trabalho Social deverá observar os eixos seguintes, devendo sua priorização atentar às características específicas de cada empreendimento através da Mobilização, organização e fortalecimento social, Educação ambiental, Desenvolvimento Socioeconômico e Assessoria à Gestão Condominial. (BRASIL, 2018).

Diante da magnitude e capilaridade do Programa Minha Casa Minha Vida, e consequentemente, os Projetos do Trabalho Social, têm impactos socioambientais, que vão desde a conscientização ambiental, tais como o uso consciente dos recursos naturais e renováveis, passando pela geração de emprego e renda, organização social, melhorias sociais e impactos econômicos significativos.

Tal significância, pode estar contribuindo diretamente para que o Brasil alcance os objetivos da agenda 2030.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo fazer a correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os eixos de atuação dos Projetos do Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida. A partir das metas dos ODS, correlacionar aos eixos de atuação dos Projetos do Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida, fundamentando estratégias de implantação de um Programa pautado em ODS nos referidos projetos e apontando ações aderentes aos seus Eixos.

Com o objetivo de encontrar vias de minimizar esses impactos, em 25 de setembro de 2015, 193 líderes mundiais se comprometeram com 17 Metas Globais para o Desenvolvimento Sustentável, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), definiu como metas mundiais 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou ODS. Partindo de quatro principais

dimensões: social, ambiental, econômica e institucional, cujos ODS defendem que é necessário levar o mundo a um caminho sustentável com medidas transformadoras (ONU, 2024).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. (ONU, 2024).

Em agosto de 2019, durante o I Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, realizado em Curitiba, o então presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli, assinou o Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário e no Ministério Público. (CNJ, 2024).

Os ODS têm aplicação ampla, direcionada a toda a sociedade (empresas, pessoas, organizações sociais), e as práticas Ambiental Social e de Governança – ASG, são mais focados ao ambiente corporativo. Os resultados ajudam a assegurar o melhor manejo dos recursos naturais de forma que eles não se esgotem, e que seja possível atender às necessidades das gerações presentes e futuras.

O estudo poderá servir como ferramenta e metodologia para auxiliar na tomada de decisões quanto a implantação da política de ODS nos 04 eixos dos Projetos Técnicos Sociais em Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Caixa Econômica Federal, bem como no aprofundamento das políticas e práticas adotadas na legislação vigente.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a integração das metas dos eixos norteadores dos Projetos Técnicos Sociais dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o Projeto Técnico Social no Programa Minha Casa Minha Vida e pontuar onde caberiam ações aderentes às metas de ODS;
- Apontar como os Eixos do Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida, contribuem para o atingimento das metas dos ODS para o Brasil;
- Fundamentar estratégias de implantação de ações que contribuam com o atingimento da agenda 2030, através das metas dos ODS, em Projetos Técnicos Sociais do Programa Minha Casa Minha Vida.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Bancos Públicos e o desenvolvimento social

Os Bancos Públicos (BPs) têm uma função de resolver falhas de mercado do sistema financeiro, gerar demanda por financiamento para o crescimento de setores estratégicos e de apoiar a implantação de políticas monetárias e regulatórias. A contrapartida é que esses mecanismos devem ser utilizados de forma estratégica, na medida e no tempo certos, para não causar efeitos negativos (como crowding-out) ao mercado. (ALMEIDA, 2017).

O papel dos BPs no desenvolvimento econômico tem sido objeto de discussão na literatura econômica há bastante tempo, sem que um consenso tenha sido obtido. De forma geral, o debate tem como centro da discussão, de um lado, a eficiência dos bancos públicos e, de outro, o papel anticíclico desempenhado por tais bancos como fornecedores de crédito em situações adversas para a economia. Nestas duas dimensões, o desempenho dos Bancos Públicos é comparado com o desempenho dos bancos privados. (JAYME JR, 2010).

Os bancos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Caixa Econômica Federal - CEF e Banco do Brasil – BB, são fundamentais na realização de políticas creditícias anticíclicas (processo que contraria um ciclo natural), na medida em que sua atuação interfere na estrutura de mercado do setor e, portanto, na própria dinâmica de crescimento da lucratividade no longo prazo. Isso porque, quando esses bancos adotam uma política de expansão do crédito em um cenário de notada elevação da preferência pela liquidez dos bancos e elevação do pessimismo, a atuação estatal, além de reaquecer a economia por meio do canal Keynesiano tradicional, força uma reação dos demais bancos em decorrência da perda de Market Share (cota de participação no mercado), que eles estarão sujeitos, caso não acompanhem o movimento de expansão realizado pelos bancos públicos. (PAULA, 2013).

Nesse sentido, além de possuírem tradicional função social de agente do governo nas políticas públicas e na instalação de agências e postos de atendimento em áreas remotas e pouco lucrativas, os bancos públicos atuam no sentido de forçar a ampliação de liquidez por meio do canal concorrência de mercado (JAYME JR, 2010).

O sistema bancário brasileiro passou, durante a segunda metade da década de 1990, por grandes transformações, que resultaram em diminuir o número de instituições e na entrada de bancos estrangeiros. Neste contexto, os bancos públicos também sofreram importantes

modificações: o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) foram reestruturados; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a atuar no desmonte do velho Estado nacional-desenvolvimentista, à frente do programa de privatizações das empresas estatais; as instituições financeiras estaduais foram privatizadas sob o comando do Banco Central do Brasil (BCB).

Essas transformações foram condicionadas por amplo conjunto de fatores de natureza macroeconômica, estrutural e regulatória. Entre esses, destacam-se a estabilidade dos preços promovida pelo Plano Real, a adesão ao Acordo de Basileia 1, a integração do sistema bancário doméstico com o internacional, seja pela maior liberdade de entrada e saída de investimentos estrangeiros e nacionais, seja pela maior presença de instituições estrangeiras. Nesse período, é possível caracterizar a atuação dos bancos públicos federais em pelo menos quatro grandes dimensões.

A primeira diz respeito à atuação setorial, sustentando os segmentos industrial, rural e imobiliário, em distintas fases dos ciclos de crédito. Muito embora o estoque de crédito dos bancos privados tenha crescido entre 2004 e 2008 a taxas mais elevadas do que as dos bancos públicos, estes tiveram um desempenho relevante quanto ao crédito setorial. O fomento ao desenvolvimento constitui uma típica função dos bancos públicos, em particular – mas não exclusivamente – no provimento de financiamento de longo prazo, modalidade em que o setor bancário privado brasileiro pouco atua – em geral, utilizando-se de fontes externas. (ARAÚJO & CINTRA, 2012).

O desenvolvimento econômico é, inevitavelmente, apoiado na implementação simultânea – ou a curto espaço de tempo – de uma série de projetos de investimento e, portanto, na criação de nova capacidade produtiva, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. Dificilmente, um movimento generalizado de expansão de investimentos pode prescindir de fontes de financiamento complementares ao autofinanciamento (GERSCHENKRON, 1962). Condições inerentes ao processo de desenvolvimento econômico e ao modo de operação dos mercados financeiros sugerem importante papel para os bancos públicos nas políticas de desenvolvimento econômico (HERMANN, 2009).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, persiste como o principal banco de fomento brasileiro, figurando-se entre os maiores do mundo entre os seus congêneres. A função de fomento não lhe é restrita, uma vez executada pelo Banco do Brasil – a maior instituição de crédito rural – e pela Caixa Econômica Federal – a maior de financiamento habitacional. (ARAÚJO & CINTRA, 2011).

A Caixa Econômica Federal, figura 1, tem a característica e a vocação de Banco Social.

Desde o século XIX a Caixa Econômica Federal é utilizada por milhões de brasileiros. A raiz intelectual e econômica está na casa de Penhor Monte de Socorro da Corte e a Caixa Econômica da Corte, duas importantes instituições públicas que mais tarde se fundiram e contribuíram enormemente para o processo de formação econômica, social e política do Brasil. (SANTOS, 2011).

Figura 1: Primeira agência da Caixa Econômica na capital Paulista, inaugurada em 1875.



Fonte: Arquivo Nacional, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2025.

A origem das caixas econômicas traduz um modelo alemão que tinha como objetivo o cumprimento de uma função social, isso é, arrecadar depósitos de pequenos poupadores que não tinham esse serviço à disposição na época, além de oferecer empréstimos para pequenos comerciantes e artesãos, o que retratava um propósito meramente filantrópico e com grande relevância para a economia da época. (ALMEIDA,2017)

Falar da construção histórica da Caixa é descrever um processo inovador, na época, tendo em vista que nenhum banco do Império abarcava os grupos e segmentos sociais menos favorecidos, sem levar em consideração os ganhos vultuosos que almejavam. Esses bancos se pautavam essencialmente em aspectos draconianos do capitalismo nascente e no efetivo

mecanismo da usura, ou seja, pretendiam conquistar ganhos imediatos e volumosos, sem levar em conta os anseios individuais de seus clientes, suas histórias de vida, suas reais necessidades, seus modos operandi. (SANTOS, 2011)

É inegável que a produção habitacional é uma das grandes forças motrizes responsáveis pela alteração e criação de paisagens urbanas. Da criação de espaços planejados a ocupações irregulares – em diferentes áreas, alteram-se as densidades, os fluxos, o comércio/serviços, a interação com o meio físico, entre outras tantas transformações bastante perceptíveis na paisagem urbana. (ORSI, 2020)

3.2 Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal, tendo como principal finalidade anunciada contribuir para a redução do déficit habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais. Em sua primeira fase, compreendida entre março de 2009 e meados de 2011, estabeleceu-se como meta a construção de um milhão de novas moradias. Em sua segunda fase, iniciada em meados de 2011 e que se estendeu até o final de 2014, dobrou-se a meta da primeira fase, prevendo-se a construção de mais dois milhões de unidades habitacionais. (ROLNIK et al., 2015).

O programa Minha Casa Minha Vida é destinado a famílias com renda mensal bruta de até R\$ 8 mil em áreas urbanas e renda anual bruta de até R\$ 96 mil em áreas rurais. Para serem elegíveis, as famílias precisam cumprir os critérios de renda estabelecidos e não possuir nenhum imóvel registrado em seu nome (Brasil, Ministério das Cidades, conheça o Programa, 2023).

Tabela 1: O enquadramento das famílias se divide em três faixas de renda

Faixas	Renda Familiar (Bruta)	
	Áreas urbanas (mensal)	Áreas rurais (anual)
Faixa 1	até R\$ 2.640,00	até R\$ 31.680,00

Faixa 2	de R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400,00	de R\$ 31.608,01 a R\$ 52.800,00
Faixa 3	de R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000,00	de R\$ 52.800,01 a R\$ 96.000,00

Fonte: Brasil, Ministério das Cidades, conheça o Programa, 2023.

Anteriormente os valores das faixas eram de Faixa 1 - destinada ao atendimento de famílias com renda mensal de até R\$1.600,00; a Faixa 2 - destinada a famílias com renda mensal entre R\$1.600,00 e R\$3.100,00; e a Faixa 3 - destinada a famílias com renda entre R\$3.100,00 e R\$5.000,00.

Com estas alterações o programa vai trazer um número maior de famílias para dentro do programa. Na faixa 2 o valor passa de R\$ 2.850 para R\$ 4.700 no urbano. O FGTS vai aumentar em 22 bilhões os valores a serem financiados pelo programa: “Esses recursos vão ser usados em todas as faixas, para responder a essa demanda do Minha Casa, Minha Vida. Com um orçamento de R\$ 10,7 bilhões para este ano, o programa reafirma sua importância ao atender milhões de brasileiros, com foco em acessibilidade, inclusão social e estímulo ao desenvolvimento econômico. (Brasil, Ministério das Cidades. Conheça o Programa, 2023).

De acordo com o regulamento do programa, para enquadramento nas faixas de renda, não se levam em consideração benefícios temporários de natureza indenizatória, assistenciais ou previdenciários, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família (Brasil, Ministério das Cidades. Conheça o Programa, 2023).

O programa foi formulado para atender a três faixas de renda distintas, com metas, mecanismos de contratação e subvenções econômicas diferentes sendo:

Na primeira fase do programa, estabeleceu-se como meta a construção de 400 mil Unidades Habitacionais (U.H.), para a Faixa 1; 400 mil U.H. para a faixa 2 e 200 mil U.H. para a Faixa 3. Na segunda fase, as metas previstas foram de 1.2 milhão de U.H. para a Faixa 1; 600 mil U.H. para a Faixa 2; e 200 mil U.H. para a Faixa 3, dando-se maior prioridade ao atendimento das faixas de menor renda do que na etapa anterior. (ROLNIK et al., 2015). A Tabela 2 apresenta os grupos estratificados e sua explicação para melhor compreensão e a Figura 2, ilustra os déficits e da demanda Habitacionais futura por grupos de atendimento.

Tabela 2 – Estratificação da demanda em Grupos de Atendimento

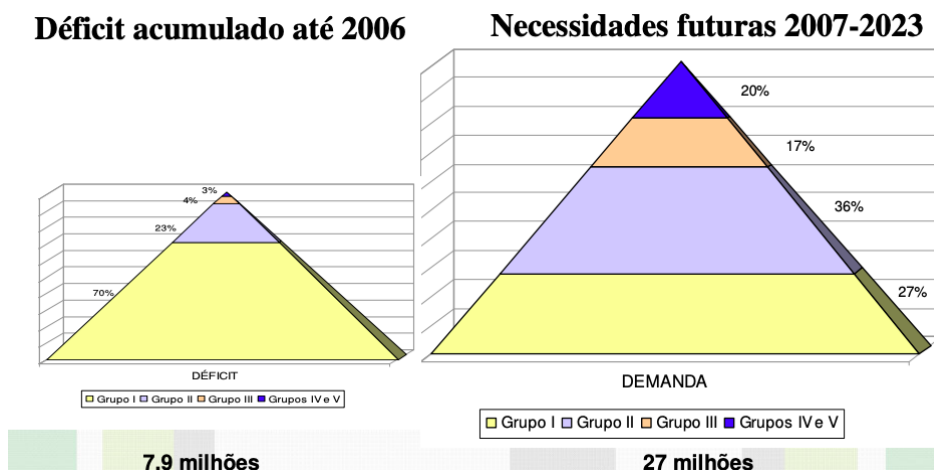
Grupo I	Famílias com renda abaixo da linha de financiamento
Grupo II	Famílias com renda que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, mas insuficiente para adquirir uma solução habitacional e com alto risco de crédito para os Agentes Financeiros;
Grupo III	Famílias com renda mensal que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, com moderado risco de crédito para os Agentes Financeiros;
Grupo IV	Famílias com capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento, em valor suficiente para acessar uma moradia adequada, (perfil do FGTS);
Grupo V	Famílias com plena capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento de mercado (SBPE e outros).

Fonte: Brasil, Portaria Nº 93 de 2020.

A retomada do programa Minha Casa, Minha Vida aconteceu em janeiro de 2023, diante de um cenário desafiador para a Faixa 1 do programa. Um dos focos da retomada do programa Minha Casa, Minha Vida foi impulsionar e garantir a conclusão das unidades habitacionais, provendo moradas dignas para famílias de baixa renda em todo o território nacional.

As questões habitacionais estão intimamente ligadas a diversos aspectos recorrentes do contexto urbano. Diante da realidade brasileira, é impreciso abordar o déficit habitacional de maneira restrita, contabilizando apenas o número de unidades. Adota-se a definição da Fundação João Pinheiro, que considera o déficit habitacional como a soma da falta de moradias com a inadequação das unidades habitacionais existentes (VIANA, 2015).

Figura 2: Distribuição do déficit e da demanda futura por grupos de atendimento



Fonte: Brasil, Portaria N° 93 de 2020

No período de 2003-2010, a principal política para a habitação no Brasil, foi o Programa Minha Casa Minha Vida Fase 1, do Ministério das Cidades, com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. (MOTTA, 2011).

O Programa Casa Verde e Amarela, sucessor do Minha Casa, Minha Vida, foi um conjunto de medidas propostas pelo Governo Federal do Brasil - 2019-2023 destinadas a facilitar o acesso da população a uma moradia própria, promovendo mais qualidade de vida. (BRASIL, 2020).

Com o intuito de atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, proporcionando um incremento de mais 350 mil habitações, o programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), pretendeu dar mais eficiência à aplicação dos recursos, através da redução na taxa de juros, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de mudanças na remuneração do agente financeiro.

A terceira fase do MCMV deverá produzir mais de 3 milhões de kits de HU, 6,75 milhões de kits acima das fases anteriores, com um investimento de aproximadamente US\$ 182 bilhões nos próximos anos. (BRASIL, 2020).

Além do financiamento habitacional, o programa atuaria com regularização fundiária e melhoria de residências, enfrentando problemas de inadequações, como falta de banheiro, por exemplo. A meta é regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil até 2024. Após a publicação da medida provisória da criação do programa, as propostas serão analisadas e aprovadas pelos conselhos curadores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). (BRASIL, 2022).

O trabalho social foi assumido como parte integrante do projeto habitacional desde o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), iniciado em 1999. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades (MCIDADES), o trabalho social passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação, estendendo esta exigência aos demais programas em que o MCIDADES concedesse recursos a fundo perdido e àqueles obtidos através de empréstimos a estados e municípios. Ratificou-se, então, essa determinação e generalizou-se a inclusão do Trabalho (BRASIL, 2014).

O orçamento para 2025 inclui R\$ 10,7 bilhões destinados à construção de 150 mil unidades habitacionais na Faixa 1, a mais acessível do programa. Além disso, há a meta de contratar 2,5 milhões de unidades até 2026, com foco em áreas urbanas consolidadas. Essas metas refletem a ambição de não apenas atender à demanda por moradia, mas também de proporcionar qualidade de vida aos beneficiários, integrando infraestrutura adequada e acesso a serviços. (BRASIL, Ministério das Cidades, 2024).

Entre a retomada em 2023 e 31 de dezembro de 2024, o programa Minha Casa Minha Vida contratou mais de 1,26 milhão de residências. Desde 2023, foram entregues mais de 43 mil moradias e retomadas obras paralisadas em mais de 38,9 mil residências (BRASIL, Secretaria de Comunicação Social, 2025).

A página do programa MCMV da caixa econômica é bem explicada, contendo diversas informações sobre o que é o programa e seu financiamento, figura 3. Entrando na parte de Habitação urbana, o próprio site da caixa já traz diversas informações. O financiamento oferece condições diferenciadas conforme a renda mensal bruta das famílias, permitindo a aquisição da casa própria com até 35 anos para pagamento.

Para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 2.000,00, o programa oferece uma taxa de juros nominal de até 4,50% ao ano. Além disso, para os cotistas do FGTS, a taxa é reduzida para 4,00% ao ano. Essas condições visam tornar o financiamento mais acessível a famílias de baixa renda. Já para as famílias com renda bruta entre R\$ 2.000,01 e R\$ 2.640,00, a taxa de juros pode chegar até 4,75% ao ano, sendo 4,25% ao ano para os cotistas do FGTS. Para a faixa de renda seguinte, de R\$ 2.640,01 até R\$ 3.200,00, a taxa de juros nominal do financiamento pode chegar a 5,25% ao ano, com uma taxa de 4,75% ao ano para os cotistas do FGTS.

Figura 3: Página do programa Minha Casa, Minha Vida

https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx

CAIXA › Para você › Habitação › Minha Casa, Minha Vida

Minha Casa, Minha Vida

Mais que mudar de endereço, é mudar de vida.

Confira

Habitação urbana

Recursos FGTS

Promovendo o direito à moradia e elevação da qualidade de vida da população para famílias com **renda mensal bruta de até R\$ 8 mil**.

[Saiba mais ›](#)

Iniciativa MCMV Cidades

Recursos FGTS

Oportuniza o acesso à moradia as famílias com **renda mensal bruta de até R\$ 8 mil**, por meio de aportes públicos (Estados, Municípios e União).

[Saiba mais ›](#)

Habitação urbana e rural

Faixa I

Unidades habitacionais subsidiadas famílias com **renda mensal bruta até R\$ 2.640,00, no caso de moradias urbanas**, e famílias com **renda anual bruta até R\$ 31.680,00, no caso de moradias rurais**.

Veja também

Cadastro Único

Instrumento de mapeamento e identificação das famílias brasileiras de baixa renda.

[›](#)

Quitação de parcelas MCMV

Veja como funciona a aplicação das novas regras do Programa Minha Casa Minha Vida aos contratos vigentes e consulte se o seu contrato foi quitado.

[›](#)

Fonte: Crédito Habitacional, 2025.

O programa também abrange famílias com renda bruta entre R\$ 3.200,01 e R\$ 3.800,00, oferecendo uma taxa de juros nominal de até 6% ao ano e 5,50% ao ano para cotistas do FGTS. Para a faixa de renda de R\$ 3.800,01 a R\$ 4.400,00, a taxa de juros nominal pode alcançar 7% ao ano, e 6,5% ao ano para os cotistas do FGTS. Finalmente, para famílias com renda bruta de R\$ 4.400,01 até R\$ 8.000,00, o programa disponibiliza uma taxa de juros nominal de 8,16% ao ano e, para cotistas do FGTS, uma taxa de 7,66% ao ano. Além das taxas de juros diferenciadas, o programa oferece descontos que podem chegar até R\$ 55.000,00, levando em consideração fatores sociais, de renda, capacidade de pagamento e especificidades da população de cada região. O valor máximo do imóvel para financiamento é de R\$ 350.000,00. Nos casos de financiamentos destinados a titulares de conta vinculada ao FGTS, com no mínimo três anos de trabalho sob o regime do fundo, a taxa de juros dos financiamentos será reduzida em 0,5 pontos percentuais. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2024).

Essas condições específicas são fundamentais para tornar o sonho da casa própria acessível a uma parcela significativa da população brasileira, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e promovendo o desenvolvimento social e econômico por meio do incentivo à construção civil.

O segundo item do site, a Iniciativa Minha Casa, Minha Vida Cidades constitui uma alternativa diferenciada voltada a promover o acesso à moradia para famílias de menor poder aquisitivo, conforme detalhado no programa. O objetivo principal desta iniciativa é estimular a participação dos entes públicos em nível estadual, municipal, distrital e federal nas operações de financiamento habitacional com recursos do FGTS, visando atender famílias com renda mensal de até R\$ 8.000,00. Entre os benefícios oferecidos, destacam-se a possibilidade de reduzir ou suprimir a entrada na compra do imóvel, bem como a redução das prestações mensais do financiamento. Além disso, a iniciativa prevê modalidades de aportes de recursos financeiros ou a doação de terrenos, cumulativamente aos demais descontos habitacionais concedidos nos financiamentos com recursos do FGTS. Essas medidas têm como objetivo tornar o financiamento habitacional mais acessível para os mutuários que se enquadram nos critérios estabelecidos. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2024).

Com essa abordagem, o Minha Casa, Minha Vida Cidades busca não apenas ampliar o acesso à moradia digna, mas também fomentar a cooperação entre diferentes níveis de governo e aprimorar as condições socioeconômicas das famílias de baixa renda, contribuindo assim para o desenvolvimento urbano e social. Porém, o atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em municípios localizados na periferia metropolitana ou a grandes distâncias dentro da mesma cidade está associado a um problema recorrente: a ausência de “urbanidade” das novas localidades ou a sua inadequada “inserção urbana”. Desde a década de 1960, a construção de habitações de interesse social em áreas urbanas periféricas, figura 4, tem sido uma característica constante na política habitacional brasileira. Apesar de frequente, essa prática evidencia a falta de critérios e metodologias adequadas para diagnosticar esse problema em diferentes contextos urbanos e metropolitanos. A produção de habitações sociais em áreas distantes das zonas urbanas consolidadas intensifica os processos de segregação espacial, reduzindo o acesso da população de baixa renda a oportunidades de emprego e serviços públicos. Essa baixa acessibilidade exacerba os processos de exclusão social e aumenta os custos monetários e o tempo de deslocamento até os locais de trabalho e equipamentos públicos, conforme apontado por PEREIRA et al. (2020) E LUZ e PORTUGAL (2021).

Figura 4: Unidades do programa de habitação Minha Casa Minha Vida, 2018.



Fonte: EPOCANEGOCIOS, Divulgação 2018.

D'Ottaviano e Bossuyt (2024) em seu artigo analisa o programa Minha Casa Minha Vida—Entidades (MCMV-E) em São Paulo, destacando como organizações de moradores transformam edifícios vazios em habitação de baixa renda em áreas centrais, desafiando o isolamento social e a regeneração urbana liderada pelo mercado. O estudo se concentra em quatro retrofits auto-organizados no centro de São Paulo, monitorados entre 2015 e 2020, e observa a participação ativa de movimentos de moradia. Os principais achados incluem a exploração do incrementalismo vertical, que pode alinhar-se com a densificação e revitalização urbana, permitindo que famílias de baixa renda acessem serviços essenciais em áreas bem servidas. A autogestão é um princípio central, promovendo a participação e o empoderamento dos moradores na provisão de habitação. O programa enfrenta desafios relacionados à dinâmica do mercado imobiliário e regulamentações de construção, mas também oferece oportunidades para práticas de habitação mais justas e inclusivas. O artigo destaca a importância das organizações de moradores na transformação de edifícios e na luta por equidade social e direito à cidade. O estudo sugere que o incrementalismo vertical pode mitigar a pressão sobre o uso do solo urbano e os custos, além de superar a lacuna de infraestrutura, proporcionando acesso a serviços cruciais para famílias de baixa renda.

Em outro artigo, Souza et al., (2024) analisa o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na Região Metropolitana do Recife (RMR), destacando seus efeitos territoriais e amplitude social. O estudo, baseado em um levantamento georreferenciado dos empreendimentos habitacionais do PMCMV entre 2009 e 2019, revela que o programa alcançou uma cobertura social significativa, atendendo famílias de até 3 salários-mínimos em 35% das unidades produzidas e famílias de até 6 salários-mínimos em 85% das unidades. No entanto, muitos empreendimentos foram localizados em áreas sem entorno urbanizado, limitando o acesso a infraestrutura e serviços essenciais. A participação do governo local é apontada como crucial para criar melhores condições para a implantação de novos empreendimentos e para atender famílias de menor renda. O artigo também destaca a desigualdade socioespacial na região metropolitana do Recife, com a maioria dos empreendimentos localizados em municípios periféricos, refletindo a busca por solo urbano de menor valor. Além disso, a expansão de polos de desenvolvimento industrial e de serviços na RMR influenciou a localização dos empreendimentos do PMCMV, com destaque para municípios como Jaboatão dos Guararapes, Paulista e São Lourenço da Mata. Os autores concluíram que, apesar dos avanços na provisão de moradias, o PMCMV enfrenta desafios significativos relacionados à localização dos empreendimentos e à necessidade de maior integração com políticas urbanas para garantir a inclusão social e a acessibilidade.

3.3 Projeto Técnico Social – PTS

O Trabalho Social é um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários, que promova o exercício da participação cidadã, favoreça a organização da população e gestão comunitária dos espaços comuns na perspectiva de contribuir para fortalecer a melhoria da qualidade de vida das famílias promovendo uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos e a sustentabilidade dos empreendimentos. (BRASIL, 2011).

Segundo o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, a moradia é um dos direitos sociais que devem ser garantidos à população. A moradia digna, possível de ser habitada, deve contemplar o habitar pleno que nada mais é do que “o habitar com qualidade, o habitar que atenda às necessidades de abrigo, infraestrutura urbana e equipamentos, serviços públicos, preservação ambiental, trabalho e renda, lazer” (RACHELE, ROMAGNA, CASAGRANDE, 2012,). Ou ainda, conforme a Política Nacional de Habitação, a habitação não se restringe a casa,

incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

A realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos imóveis/sistemas/melhorias implantados, promove a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio – educativo, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas, de ações direcionadas à geração de trabalho e renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2024).

O Projeto de Trabalho Social (PTS) deve incluir eixos estratégicos conforme definidos pela Portaria nº 21, que são: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção; Educação Ambiental e Patrimonial; e Desenvolvimento Socioeconômico. Assim, o PTS apoia a sustentabilidade das intervenções habitacionais, promovendo a participação cidadã e a melhoria da qualidade de vida das famílias. Isso é realizado por meio de atividades socioeducativas, que incentivam a organização comunitária, a educação ambiental e patrimonial, a gestão social e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades dos beneficiários, facilitam o acesso ao emprego e aumentam a renda familiar.

As ações do Projeto Técnico Social (PTS) devem ser desenvolvidas com enfoque interdisciplinar em sincronia com a realização das obras físicas. Inicia-se com o levantamento de dados e informações que permitam a caracterização da situação local onde se pretende realizar a intervenção proposta. (BRASIL, 2014).

O PTS é parte integrante da política pública de habitação de interesse social, principalmente no programa minha casa minha vida. Desde o seu lançamento, o Programa Minha Casa Minha Vida-FAR contou com 4 diferentes e sucessivas portarias para o Trabalho Social (TS): 93/2010, 325/2011 e 21/3014 do Ministério das Cidades e 464/2018 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Tabela 3: Portarias para o Trabalho Social

Portaria 93/2010	que primeiro orientou o Trabalho Social no MCMV, apresentou apenas 4 diretrizes para os projetos BRASIL, Fonte: Ministério das Cidades, 2010.
portaria 325/2011	aumentou as diretrizes para 6, acrescentou 11 objetivos específicos e 26 conteúdos mínimos obrigatórios

	Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades, 2011.
Portaria 21/2014	acrescentou apenas um objetivo específico à lista da portaria anterior. Os conteúdos mínimos obrigatórios subiram de 26 para 34 e foram inseridos 4 eixos norteadores das ações do Trabalho Social, derivados do item II, do artigo 23º, do Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011. Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades, 2014.
Portaria 464/2018 do MDR - atual	manteve os mesmos 11 objetivos específicos Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades, 2018.

Fonte: MCidades, 2025.

A atual Portaria 464/2018 do MDR manteve os mesmos 11 objetivos específicos da portaria anterior e os 4 eixos norteadores, mas aumentou os conteúdos mínimos de 34 para 62. Os recursos destinados ao Trabalho Social em HIS, são de 1,5% (um e meio por cento) do valor da operação (custo total do empreendimento), quando se tratar de empreendimentos unifamiliares e 2% (dois por cento) do valor da operação para empreendimentos multifamiliares (regime de propriedade condominial). O Trabalho Social deverá observar os eixos seguintes, devendo sua priorização atentar às características específicas de cada empreendimento. (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018).

I - Mobilização, Organização e Fortalecimento Social;

II - Educação ambiental;

III - Desenvolvimento Socioeconômico;

IV - Assessoria à Gestão Condominial.

Atualmente o Trabalho Social nos programas habitacionais é pautado por normativas que, se por um lado atrelam a provisão de moradias a intervenções na esfera social e na busca pela “amenização das desigualdades sociais”, por outro não deve ter sua atuação engessada pelas mesmas, seu trabalho carece de continuidade e interdisciplinaridade. (PASSOS, 2019).

Criado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é o primeiro projeto público habitacional com abrangência nacional voltado à população de baixa renda (DE SOUZA SANTOS, 2015).

3.4 Aderência dos Eixos do Trabalho Social do Programa Minha Casa Minha Vida aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) têm ganhado crescente importância nas discussões econômicas e sociais, sendo essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil (VIEIRA, 2023). A abordagem ASG avalia até que ponto uma corporação ou programa trabalha em prol de objetivos sociais que vão além da maximização dos lucros (ROMARO, 2022). No contexto do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a integração dos critérios ASG pode ser vista como uma forma de garantir que os empreendimentos habitacionais promovam não apenas a construção de moradias, mas também a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e as melhores práticas de governança.

O conceito de ASG abrange uma ampla gama de questões, desde a pegada de carbono até práticas trabalhistas e de corrupção, justificando a criação de critérios e práticas que direcionam a responsabilidade dos negócios e programas públicos (IRIGARAY & STOCKER, 2022). No PMCMV, isso pode ser traduzido na implementação de práticas sustentáveis na construção dos empreendimentos, na promoção de uma cultura de responsabilidade social entre os beneficiários e na adoção de práticas de governança que garantam transparência e eficiência na gestão dos recursos.

A ASG é considerada a sexta onda de inovação, denominada "a onda da sustentabilidade", que inclui perspectivas administrativas e de gestão corporativa focadas no impacto das empresas e programas na sociedade e no meio ambiente (Exame, 2024). No PMCMV, isso pode ser refletido na adoção de práticas que minimizem o impacto ambiental das construções, promovam a inclusão social dos beneficiários e garantam uma gestão eficiente e transparente dos empreendimentos.

Conforme a Portaria 464 de 25 de julho de 2018, os eixos de atuação do Trabalho Social no PMCMV incluem Mobilização, Organização e Fortalecimento Social (MOFS), Educação Ambiental e Educação Patrimonial (EAP), Desenvolvimento Socioeconômico (DSE) e Assessoria à Gestão Condominial (AGC). Esses eixos foram pensados para atender às necessidades dos beneficiários, considerando as políticas públicas vigentes e as dinâmicas históricas, fornecendo os fundamentos para a análise da realidade e a construção de intervenções.

Ao traçar uma investigação sobre a aderência dos eixos do trabalho social do PMCMV em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é possível avaliar como os princípios ASG estão sendo incorporados e aplicados no programa. Isso inclui a análise de como os empreendimentos do PMCMV estão contribuindo para a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e a governança eficiente, alinhando-se aos ODS e promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Em 2016, a ONU propôs aos líderes mundiais 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para que, coletivamente, a humanidade pudesse dissociar o crescimento econômico da pobreza, da desigualdade e das mudanças climáticas. Os 17 objetivos foram delineados para atenuar os principais fatores globais que afetam diretamente a sustentabilidade do planeta, que vão desde acabar com a fome até promover sociedades pacíficas e inclusivas, e cada um possui metas detalhadas a serem alcançadas até 2030. No entanto, a pandemia de covid-19 impactou diretamente no progresso dessas metas (ONU, 2024). A ONU define os ODS como "um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade" (ONU, 2024). Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU são:

Figura 5: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.



Fonte: ONU, 2025.

Os ODS foram criados para orientar governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Os objetivos são integrados, reconhecendo que a ação em uma área afeta os resultados em outras.

No PMCMV, a integração dos princípios ASG e a aderência aos ODS são fundamentais para garantir que os empreendimentos habitacionais promovam não apenas a construção de moradias, mas também a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e as melhores práticas de governança. Conforme a Portaria 464 de 25 de julho de 2018, os eixos de atuação do Trabalho Social no PMCMV incluem Mobilização, Organização e Fortalecimento Social (MOFS), Educação Ambiental e Educação Patrimonial (EAP), Desenvolvimento Socioeconômico (DSE) e Assessoria à Gestão Condominial (AGC). Esses eixos foram pensados para atender às necessidades dos beneficiários, considerando as políticas públicas vigentes e as dinâmicas históricas, fornecendo os fundamentos para a análise da realidade e a construção de intervenções.

Diante da amplitude e capilaridade em todo o território nacional do PMCMV, e das características dos eixos, objetivos e conteúdos mínimos dos Projetos Técnicos Sociais, além dos volumes significativos de recursos e da população envolvida, a sua aderência aos ODS é de significativa importância para o alcance da Agenda 2030. Norteados os Projetos Técnicos Sociais como metas de sustentabilidade, o PMCMV pode contribuir de forma efetiva para um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta pesquisa, adotou-se métodos de pesquisa descritiva documental, alinhados à abordagem qualitativa e interpretativa. A pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa documental, por sua vez, utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, diferenciando-se da pesquisa bibliográfica, que se baseia nas contribuições de diversos autores (GIL, 2002).

Foram analisados a Portaria 464, de 25 de julho de 2018, que dispõe sobre o Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades – Condições operacionais para o Trabalho Social no PMCMV-FAR, Anexo II - 3. EIXOS, e sua respectiva normatização, o Caderno de Orientações Técnicas do Trabalho Social – COTS 2020, versão em vigor.

Além disso, foi realizado um estudo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, incluindo metas e indicadores, conforme informações disponíveis no site brasileiro das Nações Unidas. A análise documental permite observar o processo de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas (CELLARD, 2008).

A pesquisa visa analisar a integração entre o trabalho social e os ODS para alcançar a Agenda 2030, no contexto do Trabalho Social nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). As principais metas do Trabalho Social incluem:

- Melhoria da qualidade de vida dos beneficiários
- Promoção da participação e protagonismo da comunidade
- Fortalecimento dos grupos sociais envolvidos
- Contribuição para a democratização da sociedade
- Estímulo à responsabilidade social e ambiental
- Auxílio na criação de políticas públicas

A metodologia utilizada para essa correlação envolveu uma análise qualitativa dos eixos do PMCMV, seguida pela identificação dos ODS que mais se alinham com os objetivos e ações propostas em cada eixo. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais aprofundada de como o PMCMV pode contribuir para o alcance dos ODS.

Tabela 4: Eixos e suas correlações com os ODS.

ODS	Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	Eixo Educação Ambiental e Patrimonial	Eixo Desenvolvimento Socioeconômico	Eixo Assessoria à Gestão Condominial
1	X	-	X	-
2	X	-	X	-
3	X	X	-	-
4		X	X	-
5	X	-	X	X
6	-	X	-	-
7	-	X	-	-
8	X	-	X	-
9	-	-	-	X
10	X	-	X	-
11	X	X	X	X
12	-	X	X	X
13	-	X	X	X
14	-	X	-	-
15	-	X	-	-
16	X	-	-	X
17	X	X	X	X

Fonte: Os autores, 2025.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU são:

1. Erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes

17. Parcerias e meios de implementação

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

5.1 Análise da integração das metas dos eixos norteadores dos Projetos Técnicos Sociais dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5.1.1 Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social

A análise das ações do Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social, demonstra um alinhamento significativo com os ODS, especialmente com o ODS 1 - Erradicação da Pobreza, cuja promoção da autonomia e protagonismo social, por meio da organização e capacitação dos beneficiários, contribui para garantir direitos iguais aos recursos econômicos e serviços básicos. As metas do ODS 1.4 e 1.5 são abordadas diretamente através do fortalecimento das comunidades, aumentando sua resiliência e capacidade de enfrentar vulnerabilidades sociais e ambientais.

A mobilização de recursos e a criação de marcos políticos sólidos, conforme descrito nas metas ODS 1.a e 1.b, são aspectos críticos para o sucesso do Eixo. A implementação de estratégias de desenvolvimento sensíveis à pobreza e gênero reforça a importância de uma abordagem integrada e inclusiva para alcançar os objetivos estabelecidos pela Agenda 2030. Assim, pode-se dizer que, o Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social do Programa Minha Casa Minha Vida não só apoia os beneficiários em níveis locais, mas também contribui para objetivos globais de desenvolvimento sustentável, mostrando a relevância e eficácia das ações propostas em promover uma sociedade mais justa e resiliente em consonância aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

As atividades do Eixo, ao promover organização comunitária na população beneficiária de perfil socioeconômico vulnerável, estimula ações de combate à fome, além de parcerias com iniciativas governamentais ou não, servindo como ponte e balizador, atende ao cumprimento da ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável, principalmente no cumprimento da meta 2.2, através do acompanhamento da comunidade e apontamento da incidência de formas de desnutrição, nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e as necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

Como também o ODS 3 – Saúde e bem-estar, nas metas 3.1; 3.2; 3.3; 3.4 e 3.5, através da mobilização das comunidades e organização de grupos sociais como Grupos de Mulheres, Grupos de Jovens e Grupos da Melhor Idade.

Da mesma forma, o Eixo atende o OSD 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, enquanto agente impulsionador de formação de políticas públicas para atividades produtivas, geração de emprego decente e empreendedorismo. Agindo de forma a reduzir as desigualdades, promovendo capacitações profissionalizantes e formação técnica para atendimento às demandas do território, atendendo também ao ODS 10 – Redução das desigualdades.

Atende ainda, em relação ao ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, através das organizações comunitárias, enquanto agente de cobrança ao poder público para proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, está relacionado a promoção de atividades que incentivam a cultura de paz, buscando reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, como também, acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

O Eixo incentiva o ODS 17 – Parcerias e meios de implementação, promovendo uma ponte de comunicação com o poder público, principalmente o municipal, e atuando como criador de arranjos participativos de gestão e cooperação no território.

O Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social, apresenta dentre as principais ações propostas, a criação de associações de moradores, Grupo de Mulheres, Cooperativas e Associações relacionadas a vocação produtiva e cultural local, cujo papel principal é defender os direitos dos moradores e promover o bem-estar da comunidade, através da representação dos moradores perante os órgãos públicos, promover iniciativas de desenvolvimento sociocultural e fortalecendo o vínculo entre os moradores, estimulando o engajamento comunitário e a qualidade de vida.

Tais iniciativas ajudam a promover a erradicação da pobreza, estimulam a fome zero e agricultura sustentável, promovem ações de saúde e bem-estar, considerando a Igualdade de gênero, primando pelo trabalho decente e crescimento econômico, dessa forma agindo para a

redução das desigualdades e a formação de cidades e comunidades sustentáveis, com ênfase na cultura de paz, através de parcerias e meios para implementação.

Assim, a análise das ações do Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social do Programa Minha Casa Minha Vida demonstra uma integração significativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As atividades desenvolvidas não apenas promovem a autonomia e o protagonismo social dos beneficiários, mas também contribuem diretamente para a erradicação da pobreza, a segurança alimentar, a saúde e o bem-estar, o trabalho decente e o crescimento econômico, a redução das desigualdades, e a criação de cidades e comunidades sustentáveis. Além disso, ao incentivar a cultura de paz e estabelecer parcerias eficazes, o eixo fortalece a resiliência das comunidades e promove uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas ações evidenciam a relevância e a eficácia do eixo em alinhar-se aos objetivos globais de desenvolvimento sustentável, reforçando a importância de uma abordagem integrada e inclusiva para alcançar as metas estabelecidas pela Agenda 2030.

5.1.2 Eixo Educação Ambiental e Patrimonial

Já a análise das ações do Eixo Educação Ambiental e Patrimonial, que contribuem para a preservação do meio ambiente, do patrimônio e da saúde, tais como gincanas ambientais, plantio de árvores nas áreas comuns dos empreendimentos, campanha “adote uma árvore”, criação de grupos de agentes ambientais mirins formados por jovens e adolescentes residentes nos residenciais, hortas comunitárias, hortas caseiras, farmácias vivas, e arborização das áreas comuns, uso racional da água, uso racional dos recursos naturais.

Tais ações, dialogam com as metas 3.3 - até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis, e 3.9 - até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo. Em especial, ações como uso adequado e racional da água, promovem um maior entendimento para o alcance da meta 6.2 - até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade, e 6.b - apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Ações como Preservação de matas, matas ciliares e nascentes em torno dos empreendimentos, ajudam no alcance da meta 11.4 - fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo, 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Ações como o reaproveitamento e conservação de alimentos, impactam diretamente na meta 12.3, assim como, a criação de cooperativas de recicláveis e palestras sobre a destinação correta dos resíduos sólidos, atendem a meta 12.5, reduzindo substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Ações em comunidades pesqueiras ou ribeirinhas, promovem uma conscientização para a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, de acordo com a meta 14.1 e 14.4.

Palestras sobre o uso racional da água se relacionam com a meta 15.1, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam a sua realidade.

O Eixo Educação Ambiental e Patrimonial, promove ações tais como: conscientização para uso racional dos recursos naturais, campanhas de incentivo ao plantio de árvores em áreas comuns e dentro dos terrenos das unidades habitacionais, criação de grupos de agentes ambientais jovens, gincanas ecológicas, incentivos a criação de hortas comunitárias e individuais, etc.

Essas ações contribuem com um processo que visa a formação de cidadãos conscientes e críticos, com atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente, através da consciência ecológica, incentivando atitudes sustentáveis e a compreensão dos conceitos de sustentabilidade, preservação e conservação.

Assim, as ações promovem saúde e bem-estar, educação de qualidade, despertando para os benefícios de se ter água potável, saneamento, energia limpa e acessível. Contribuindo para que se tenha cidades e comunidades sustentáveis, com consumo e produção responsáveis, e para a ação contra a mudança global do clima, vida na água, vida terrestre e parcerias e meios de implementação.

Em conclusão, a análise das ações do Eixo Educação Ambiental e Patrimonial do Programa Minha Casa Minha Vida demonstra uma contribuição significativa para a preservação do meio ambiente, do patrimônio e da saúde pública. Essas ações não apenas promovem a

sustentabilidade ambiental, mas também fortalecem a percepção crítica da população sobre os fatores que influenciam sua qualidade de vida, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável. Assim, o Eixo Educação Ambiental e Patrimonial desempenha um papel crucial na promoção de práticas sustentáveis e na integração das metas dos ODS, reforçando a importância de uma abordagem holística e participativa para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

5.1.3 Eixo Desenvolvimento Socioeconômico

O Eixo Desenvolvimento Socioeconômico, enquanto incentivador de ações que articulam políticas públicas das diversas áreas, incluindo o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, em um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo, dialoga com o objetivo 5 – igualdade de gênero, principalmente com o 5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todas as partes, 5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos, 5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas e 5.b - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

Ações como a criação de cooperativas de recicláveis, além de contemplar a meta 12.5 - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso, promovem a geração de várias oportunidades de emprego e renda.

Logo, a análise das ações do Eixo Desenvolvimento Socioeconômico do Programa Minha Casa Minha Vida evidencia sua contribuição significativa para a promoção da inclusão produtiva, econômica e social. Essas ações demonstram que o Eixo Desenvolvimento Socioeconômico é fundamental para o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo para um desenvolvimento socioterritorial sustentável e de longo prazo. Assim, o eixo reforça a importância de políticas públicas integradas e inclusivas para alcançar os objetivos da Agenda 2030, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

5.1.4 Eixo Assessoria à Gestão Condominial

Os objetivos da gestão condominial são garantir o bom funcionamento do condomínio, a satisfação dos moradores e a conformidade com a lei. Para isso, a gestão condominial deve otimizar recursos, promover a harmonia entre os moradores, garantir a segurança e a qualidade de vida dos moradores, garantir a estabilidade financeira do condomínio, zelar pela conservação das partes comuns e garantir a conformidade com as normas legais, entre outras.

Considerando que o público-alvo do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) é composto majoritariamente por mulheres, as gestões condominiais, em sua maioria, ficam a cargo das mulheres, contribuindo para o alcance das metas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.b, ratificando o empoderamento feminino. A gestão condominial, ao promover a participação ativa das mulheres na administração dos condomínios, fortalece a igualdade de gênero e combate todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas. Além disso, ao incentivar o uso de tecnologias de base para a gestão condominial, promove o empoderamento feminino e a inclusão digital.

A Gestão Condominial contribui ainda para o atingimento da meta 11.7, ao proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. A gestão eficiente dos espaços comuns e a promoção de atividades comunitárias fortalecem o senso de pertencimento e a coesão social, melhorando a qualidade de vida dos moradores.

Além disso, a gestão condominial busca atender às metas 13.1 e 13.3, ao implementar práticas de gestão sustentável que visam a redução dos impactos ambientais e a adaptação às mudanças climáticas. A promoção de ações como a coleta seletiva de resíduos, o uso racional da água e a eficiência energética contribuem para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e a preservação dos recursos naturais.

No âmbito do ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, a gestão condominial promove a cultura de paz e a resolução pacífica de conflitos, reduzindo significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada. A criação de mecanismos de governança participativa e transparente fortalece a confiança dos moradores nas instituições e promove a justiça social.

Por fim, a gestão condominial também contribui para o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação, ao estabelecer parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais e empresas privadas para a implementação de projetos e ações que beneficiem

a comunidade. A cooperação entre diferentes atores sociais é fundamental para a sustentabilidade e o sucesso dos empreendimentos habitacionais.

5.2 Fundamentação de estratégias para implantação de ações que contribuam com o atingimento da agenda 2030, através das metas dos ODS, em Projetos Técnicos Sociais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Para garantir que os Projetos Técnicos Sociais (PTS) do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) contribuam efetivamente para o atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030, é essencial desenvolver estratégias bem fundamentadas e integradas. A seguir, são apresentadas algumas estratégias que podem ser implementadas:

Integração Intersetorial:

- Promover a colaboração entre diferentes setores, como saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico, para garantir que as ações dos PTS sejam abrangentes e atendam às diversas necessidades dos beneficiários.
- Estabelecer parcerias com organizações governamentais, não governamentais e privadas para fortalecer a implementação das ações e maximizar os recursos disponíveis.

Capacitação e Educação Continuada:

- Oferecer programas de capacitação contínua para os beneficiários, focando em habilidades técnicas, educação financeira, empreendedorismo e sustentabilidade ambiental.
- Implementar campanhas de conscientização sobre os ODS e a importância da participação comunitária para alcançar as metas estabelecidas.

Monitoramento e Avaliação:

- Desenvolver um sistema robusto de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso das ações dos PTS em relação às metas dos ODS.

- Utilizar indicadores específicos para medir o impacto das ações e ajustar as estratégias conforme necessário para garantir a eficácia e eficiência das intervenções.

Empoderamento Comunitário:

- Incentivar a formação de associações de moradores e cooperativas para fortalecer a organização comunitária e promover a participação ativa dos beneficiários na gestão dos empreendimentos.
- Facilitar a criação de espaços de diálogo e tomada de decisão coletiva, garantindo que as vozes dos beneficiários sejam ouvidas e consideradas no planejamento e execução das ações.

Sustentabilidade Ambiental:

- Implementar práticas sustentáveis nos empreendimentos, como a instalação de sistemas de energia solar, coleta seletiva de resíduos e reutilização de água.
- Promover a educação ambiental entre os beneficiários, incentivando a adoção de hábitos sustentáveis e a preservação dos recursos naturais.

Inclusão Social e Econômica:

- Desenvolver programas de geração de emprego e renda, como oficinas de capacitação profissional, feiras de economia solidária e apoio ao empreendedorismo local.
- Garantir que as ações dos PTS sejam inclusivas e atendam às necessidades de grupos vulneráveis, como mulheres, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

Apoio à Gestão Condominial:

- Oferecer assessoria técnica e jurídica para a gestão condominial, garantindo a conformidade com as normas legais e a promoção de uma convivência harmoniosa entre os moradores.
- Incentivar a participação dos beneficiários na gestão dos empreendimentos, promovendo a transparência e a responsabilidade coletiva.

Ao implementar essas estratégias, os Projetos Técnicos Sociais do Programa Minha Casa Minha Vida podem contribuir de maneira significativa para o atingimento das metas dos ODS e para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e resiliente.

6. AÇÕES FUTURAS

Análise da Portaria MCID nº75, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre o trabalho social nos programas e ações do ministério das cidades.

A Principal alteração diz respeito aos Eixos norteadores da execução, que na portaria 464/2018, são formados por:

- Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social,
- Eixo Educação Ambiental e Patrimonial
- Eixo Desenvolvimento Socioeconômico
- Eixo Assessoria à Gestão Condominial

Já na Portaria 75/2025, são:

- Eixo Mobilização, Comunicação e Participação Social
- Eixo Sustentabilidade da Intervenção ou Operação
- Eixo Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde
- Eixo Desenvolvimento Socioeconômico
- Eixo Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura

7. CONCLUSÃO

Os resultados indicam que o PMCMV apresenta uma significativa integração com os ODS. O Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social contribui para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades, enquanto a Educação Ambiental e Patrimonial promove a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. O Desenvolvimento Socioeconômico incentiva a geração de emprego e renda, e a Assessoria à Gestão Condominial fortalece a governança local e o empoderamento feminino. Essas ações demonstram que o PMCMV não apenas atende à demanda por moradia, mas também promove um desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo.

A análise das ações dos eixos norteadores dos Projetos Técnicos Sociais (PTS) do PMCMV revelou uma forte correlação com as metas dos ODS. As atividades de capacitação e organização comunitária promovem a autonomia dos beneficiários, garantindo acesso igualitário a recursos econômicos e serviços básicos. A mobilização de recursos e a criação de políticas sólidas são essenciais para o sucesso do eixo, reforçando a importância de estratégias de desenvolvimento sensíveis à pobreza e ao gênero.

Além disso, as ações do Eixo Educação Ambiental e Patrimonial promovem a preservação do meio ambiente e a saúde pública através de atividades como plantio de árvores, hortas comunitárias e campanhas de uso racional da água. A criação de cooperativas de recicláveis e a promoção de palestras sobre destinação correta de resíduos sólidos contribuem para a meta ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis. A conscientização sobre a conservação dos oceanos e recursos marinhos também é uma área onde o PTS pode intensificar suas ações.

Os eixos do Trabalho Social no PMCMV desempenham um papel crucial no alcance da Agenda 2030. O Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social promove a criação de associações de moradores e cooperativas, fortalecendo o engajamento comunitário e a qualidade de vida. O Eixo Educação Ambiental incentiva práticas sustentáveis e a conscientização ecológica, enquanto o Eixo Desenvolvimento Socioeconômico apoia a geração de emprego e renda através de qualificação profissional e identificação de talentos locais.

Para garantir que os PTS do PMCMV contribuam efetivamente para o atingimento das metas dos ODS, é essencial desenvolver estratégias bem fundamentadas e integradas. A integração intersetorial, a capacitação e educação continuada, o monitoramento e avaliação, o empoderamento comunitário, a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e econômica, e o

apoio à gestão condominial são estratégias fundamentais para alcançar os objetivos estabelecidos.

Assim, o PMCMV, através dos seus eixos de atuação social, contribui efetivamente para o alcance dos ODS no Brasil. A correlação entre as ações do programa e as metas dos ODS evidencia a importância da integração de políticas habitacionais com objetivos globais de sustentabilidade, promovendo uma sociedade mais justa e resiliente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo. **O papel de bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social**. 2017.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira**. 2012.

ARQUIVO NACIONAL, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Caixas Econômicas**. 17 fev de 2025, disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/888-caixas-economicas>.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MDR. **Casa Verde e Amarela vai financiar 1,6 mil imóveis, regularizar 2 milhões de moradias e reformar 400 mil até 2024**. [Brasília]: 01 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/casa-verde-e-amarela-vai-financiar-1-6-mil-imoveis-regularizar-2-milhoes-de-moradias-e-reformar-400-mil-ate-2024>. Acesso em: 14 de nov. 2024.

_____. Ministério das Cidades. Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério das Cidades. **Minha casa minha vida pretende ampliar o número de habitações**. [Brasília]: 16 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/minha-casa-minha-vida-pretende-ampliar-o-numero-de-habitacoes>. Acesso em: 06 de jan. 2025.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social** / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – 2. ed. Brasília: MCidades/SNH; [Florianópolis]: NUTE/UFSC, 2014.

_____. Ministério das Cidades. Plano Nacional de Habitação. Brasília: MCidades, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/atas-de-reuniao/apresentacao-planhab.pdf>

_____. Ministério das Cidades. **Conheça o programa Minha Casa, Minha Vida, 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/minha-casa-minha-vida-cidades>.

_____. Ministério das Cidades. Portaria Nº 93, de 24 de fevereiro de 2010. “Dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial - PAR e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV”. Ministério das Cidades: Brasília. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/atas-de-reuniao/apresentacao-planhab.pdf>

_____. Ministério das Cidades. Portaria Nº 325 de 7 de julho de 2011. “Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”. Ministério das Cidades: Brasília. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm

_____. SECOM - **Secretaria de Comunicação Social**, 17 fev 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br> Acesso em: 06 de fevereiro de 2025.

_____. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. “Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social no Programas e Ações do Ministério das Cidades”. Ministério das Cidades: Brasília. 2014.

_____. Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018 (alterada em 05 de dezembro de 2018 e em 29 de dezembro de 2022). “Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades”. Ministério das Cidades, substituto: Brasília. 2018.

_____. Portaria nº 547, de 28 de novembro de 2011. “Dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU”. Ministério das Cidades: Brasília. 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Manual Normativo. Regulamento do Trabalho Técnico Social. AE 097v021, p. 76, 2011.

_____. COTS - Caderno de Orientação Técnico Social. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2020. Disponível

em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/credenciamento-de-terceiros-agronegocio/cots-caderno-de-orientacoes-tecnicas-do-trabalho-social.pdf>. Acesso em: 25 de novembro 2024.

_____. **Minha Casa, Minha Vida – Habitação Urbana – Recursos FGTS**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2020. Disponível em: <http://econta.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx> Disponível em: 25 de novembro 2024.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Agenda 2030 no Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, [2024]. Disponível em: [Como se deu o histórico de institucionalização da Agenda 2030 no Poder Judiciário? - Portal CNJ](#). Acesso em 14 de outubro de 2024.

COSTA, Edwaldo; FEREZIN, Nataly Bueno. **ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas**. Revista Alterjor, v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.

DE SOUSA SANTOS, Flávia; DA LUZ, Janes Socorro. **Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Anápolis: Uma estratégia para além da obra física**. Revista Plurais-Virtual (e-ISSN 2238-3751-ISSN 1984-3941), v. 5, n. 2, p. 95-113, 2015.

D’OTTAVIANO, C., & BOSSUYT, D. M. (2024). **Vertical incremental housing in São Paulo. The case of Minha Casa Minha Vida – Entidades**. *International Journal of Housing Policy*, 1–26. <https://doi.org/10.1080/19491247.2024.2308716>

EXAME. **ESG e a 6ª onda da inovação: o que isso significa?** Faculdade EXAME, 29 de ago. de 2024 às 18h07. Disponível em: <https://exame.com/hub-faculdade-exame/esg-e-a-6a-onda-da-inovacao-o-que-isso-significa/>

EPOCANEgocios - **Unidades do programa de habitação Minha Casa Minha Vida, 2018**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/02/epoca-negocios-temer-anuncia-ate-700-mil-contratos-do-minha-casa-minha-vida-para-2018.html> acesso em fevereiro de 2025.

GERSCHENKRON, Alexander. **Economic Backwardness in Historical Perspective: a book of essays**. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1962.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERMANN, Jennifer. **Bancos públicos em sistemas financeiros maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento**. In: 2º ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA (AKB). Porto Alegre: set. 2009.

HERMANN, Jennifer. **O papel dos bancos públicos**. 2010.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for Policymakers. In: **Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation** [Field, C.B., V. Barros, T.F. Stocker, D. Qin, D.J. Dokken, K.L. Ebi, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, G.-K. Plattner, S.K. Allen, M. Tignor, and P.M. Midgley (eds.)]. A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, UK and New York, NY, USA: Cambridge University Press, pp. 1-19. 2012.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio. **ESG: novo conceito para velhos problemas**. Cadernos EBAPE. BR, v. 20, p. 1-4, 2022.

JAYME JR, Frederico G. Organizador et al. **Bancos públicos e desenvolvimento**. 2010.

LUZ, G.; PORTUGAL, L. **Understanding transport-related social exclusion through the lens of capabilities approach**. Transport Reviews, v. 42, n. 4, p. 1-23, 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo. Veras Editora, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011.

NACIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **O que são eventos climáticos extremos e por que eles são tão perigosos?** Nacional Geographic Brasil, 10 de mai. de 2024, 12:00 BRT.

Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/05/o-que-sao-eventos-climaticos-extremos-e-por-que-eles-sao-tao-perigosos>. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. As Nações Unidas no Brasil. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> - Acesso em 14 de Outubro de 2024.

ORSI, Rafael Alves. **Paisagens em movimento: transformações pós-ocupação nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida**. Novos Cadernos NAEA, v. 23, n. 1, 2020.

PASSOS, Jackeline Sampaio; DA SILVA, Luciana Vieira C. **Os desafios do trabalho do assistente social no trabalho técnico social do programa minha casa minha vida**. III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2019.

PAULA, Luiz Fernando de; OREIRO, José Luís; BASILIO, Flavio AC. **Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais**. Nova Economia, 2013.

PEREIRA, R. H. M. et al. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras (2019)**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2535). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/acessoportunidades/publication/2019_td2535_aop_primeiro/>.

RACHELE, Márcia Helena Titton. ROMAGNA, Rojane. CASAGRANDE, Ivani. Departamento de Habitação – TTS Pré-moradia. In: **Novo Futuro Residencial**. Publicado por Trabalho Técnico Social. 27 p. outubro de 2012.

ROLNIK, Raquel et al. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos sócio espaciais e segregação**. Cadernos Metrópole, v. 17, p. 127-154, 2015.

ROMARO, Paulo; SERRALVO, Francisco Antonio. **ESG: uma visão plural**. 1.ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2022.

SANTOS, Jailson Moreira dos. **A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro**. O DESENVOLVIMENTO Econômico E A Caixa, por Caixa. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, p. 167-181, 2011.

SOUZA, M. A. DE A., ROCHA, D. DE M., & DINIZ, F. R. (2024). **Territorial Effects and Social Breadth of the My Home Program my Life in the Metropolis of Recife**. *Revista De Gestão Social E Ambiental*, 18(7), e05300.
<https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n7-007>

VIANA, Raquel de Mattos. **"Déficit habitacional no Brasil 2011-2012."** Centro de Estatística e Informações, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.

VIEIRA, Valeska Oliveira. **Fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) em instituições financeiras brasileiras**. 2023.